

**A Administração Política do Espaço Geográfico e seus Efeitos
Excludentes na Reestruturação Produtiva no Médio Sudoeste Baiano**
**The Political Administration of Geographic Space and its Excluding Effects on Productive
Restructuring in the Mid-Southwestern Region of Bahia**
**La Administración Política del Espacio Geográfico y sus Efectos Excluyentes en la
Reestructuración Productiva en el Suroeste Medio de Bahía**

Adller Moreira Chaves¹ , Elizabeth Matos Ribeiro² , Marisa Oliveira Santos³ 

¹ Universidade do Estado da Bahia – Brasil. ² Universidade Federal da Bahia – Brasil. ³ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Brasil.

*Autor de correspondência: adllerchaves@uneb.br

PALAVRAS-CHAVE:

Administração Política
Reestruturação Produtiva
Médio Sudoeste da Bahia
Indústria Calçadista
Exclusão Social

KEYWORDS:

Political Administration
Productive
Restructuring
Mid-Southwestern
Bahia
Footwear Industry
Social Exclusion

PALABRAS-CLAVE:

Administración Política
Reestructuración
Productiva
Suroeste Medio de Bahía
Industria del Calzado
Exclusión Social

O presente artigo analisa as transformações socioeconômicas ocorridas em Itapetinga e no Médio Sudoeste da Bahia, com foco na reestruturação produtiva que deslocou a agropecuária como principal atividade econômica para um processo industrialização ramo calçadista. A pesquisa fundamenta-se na perspectiva da Administração Política do Espaço Geográfico, adotando a análise documental como principal método de investigação. Os resultados indicam que essa transição produtiva não ocorreu de maneira planejada e resultou na marginalização de trabalhadores rurais, que viram suas atividades serem desvalorizadas sem a implementação de políticas de qualificação ou inserção em novos setores. O modelo de desenvolvimento adotado priorizou a lógica mercadológica em detrimento da inclusão social, aprofundando desigualdades e precarizando o trabalho em toda a região.

ABSTRACT

This article analyzes the socioeconomic transformations that occurred in Itapetinga and the Mid-Southwestern Region of Bahia, focusing on the productive restructuring that shifted the main economic activity from agriculture and livestock to an industrialization process in the footwear sector. The research is based on the perspective of the Political Administration of Geographic Space, adopting documentary analysis as the main investigation method. Results indicate that this productive transition did not happen in a planned manner and led to the marginalization of rural workers, who saw their activities devalued without the implementation of qualification policies or insertion into new sectors. The development model adopted prioritized market logic at the expense of social inclusion, deepening inequalities and making labor precarious throughout the region.

RESUMEN

El presente artículo analiza las transformaciones socioeconómicas ocurridas en Itapetinga y en el Suroeste Medio de Bahía, centrándose en la reestructuración productiva que desplazó la agropecuaria como principal actividad económica hacia un proceso de industrialización en el sector del calzado. La investigación se fundamenta en la perspectiva de la Administración Política del Espacio Geográfico, adoptando el análisis documental como principal método de investigación. Los resultados indican que esta transición productiva no se dio de manera planificada y resultó en la marginación de los trabajadores rurales, quienes vieron devaluadas sus actividades sin la implementación de políticas de cualificación o inserción en nuevos sectores. El modelo de desarrollo adoptado priorizó la lógica de mercado en detrimento de la inclusión social, profundizando las desigualdades y precarizando el trabajo en toda la región.

RESUMO

SUBMETIDO: 07 de outubro de 2025 | **ACEITO:** 09 de dezembro de 2025 | **PUBLICADO:** 30 de dezembro de 2025

© Revista Brasileira de Administração Política, 2025. Este artigo é distribuído sob uma Licença [Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

1. INTRODUÇÃO

O processo de reestruturação socioeconômica do modo de produção capitalista no Brasil tem impactado de maneira significativa os territórios, especialmente aqueles cuja base produtiva esteve historicamente vinculada à agropecuária. A cidade de Itapetinga e o território identidade do Médio Sudoeste da Bahia (MSB) exemplificam essa dinâmica, tendo passado por profundas transformações econômicas e sociais ao longo das últimas décadas. A tradicional atividade pecuária, outrora responsável pela organização da economia local e pela configuração do mercado de trabalho, perdeu sua hegemonia, sendo gradativamente substituída por novos arranjos produtivos. Essas mudanças, contudo, não ocorreram de maneira homogênea nem foram acompanhadas por políticas estruturantes que garantissem a manutenção da identidade e das condições de trabalho dos vaqueiros e demais trabalhadores do setor agropecuário.

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil adotou um modelo de desenvolvimento que favoreceu a concentração urbana, relegando as atividades rurais a um papel secundário no planejamento econômico nacional. Esse processo provocou impactos significativos no Médio Sudoeste da Bahia, revelando uma tendência de desestruturação produtiva, com o deslocamento de trabalhadores para outras ocupações e o agravamento das desigualdades socioespaciais. Itapetinga, conhecida como a "Capital da Pecuária", exemplifica as contradições desse modelo. Embora a agropecuária continue sendo um elemento simbólico central da identidade local, a economia da cidade passou por um processo de diversificação, incorporando setores como a indústria calçadista, que introduziram novas dinâmicas no mercado de trabalho e transformações na estrutura territorial da região.

Diante deste cenário, o artigo tem como objetivo analisar as mudanças nas bases socioeconômicas de Itapetinga e do Médio Sudoeste da Bahia, à luz dos conceitos de Administração Política e Geografia Política. Parte-se da reflexão de que a transição da economia regional, marcada pelo declínio da pecuária como atividade estruturante, reflete um processo de gestão territorial que não considerou as especificidades locais e a necessidade de um planejamento

voltado para a inclusão social e produtiva. Para isso, o estudo baseia-se em uma abordagem de análise documental, utilizando fontes históricas, dados socioeconômicos e literatura acadêmica para compreender as transformações em curso e suas implicações para os trabalhadores rurais, que historicamente desempenharam um papel central na economia local.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de compreender como os processos de reestruturação produtiva e reorganização do espaço geográfico impactam a gestão das relações sociais de produção, consumo e distribuição (RSPC&D). A Administração Política, enquanto abordagem crítica, permite questionar os padrões de gestão territorial impostos pelos modelos tradicionais de desenvolvimento e analisar as contradições que emergem da subordinação das economias locais às dinâmicas da globalização. Nesse sentido, a pesquisa contribui para o debate sobre as alternativas para o desenvolvimento regional, considerando a necessidade de políticas que valorizem os saberes locais, os modos de vida tradicionais e as potencialidades produtivas dos territórios rurais.

O artigo está estruturado da seguinte forma: na próxima seção, apresenta-se o referencial teórico, abordando a Administração Política como um campo de estudo voltado à gestão das relações de produção, distribuição e consumo, bem como o debate sobre as questões rurais, desenvolvimento e mudanças no campo. Em seguida, a seção dos Procedimentos Metodológicos detalha a abordagem da análise documental e suas aplicações na pesquisa. Os Resultados e Discussões traçam um panorama das alterações socioeconômicas regionais e uma análise destas transformações ocorridas no Médio Sudoeste da Bahia. Por fim, as conclusões apresentam os principais achados do estudo e apontam direções para pesquisas futuras.

2. ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

2.1 Administração Política e o rural

A Administração Política configura-se como um campo de estudos dedicado à compreensão crítica da gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo. Em contraste com a Administração tradicional, que frequentemente prioriza modelos gerenciais voltados à eficiência organizacional

e à racionalização do trabalho, a Administração Política adota uma abordagem analítica, crítica e reflexiva. Essa perspectiva enfatiza a centralidade do Estado e da sociedade na organização das atividades econômicas, ao mesmo tempo em que considera a influência dos mercados na dinâmica produtiva e na estruturação dos espaços (Santos, R.; Ribeiro, 1993; Santos, R., 2001; Cristaldo; Pereira, 2008).

A Administração Política pode ser compreendida como uma abordagem que busca analisar as formas pelas quais o Estado e outros atores sociais estruturam a gestão das RSPC&D em uma sociedade. Essa abordagem difere da Administração tradicional ao considerar que as decisões administrativas não são neutras, mas sim permeadas por interesses políticos e relações de poder (Santos, R.; Ribeiro, 1993). No Brasil, este modelo analítico tem sido utilizado para interpretar os impactos das políticas públicas sobre o desenvolvimento regional, demonstrando como determinados setores produtivos são privilegiados, enquanto outros são marginalizados (Santos, R., *et al.* 2017; Santos, R.; Gomes, 2017).

Com a intensificação da globalização e do neoliberalismo e a reestruturação produtiva, as relações de produção, distribuição e consumo passaram por significativas transformações no Brasil. O avanço da financeirização da economia e a desregulamentação dos mercados agravaram a instabilidade dos territórios rurais, que passaram a enfrentar desafios como a substituição de atividades tradicionais por empreendimentos industriais e a “expulsão” de trabalhadores para os centros urbanos (Santos, R., 1989). Assim, uma das críticas centrais da Administração Política ao modelo tradicional de gestão é sua dependência das lógicas do mercado e da racionalidade econômica, que frequentemente desconsideram os impactos sociais e ambientais das decisões produtivas.

Reginaldo Santos (2001) argumenta que a administração das RSPC&D devem levar em conta a organização social do trabalho e a distribuição da riqueza, e não apenas a eficiência econômica e a maximização do lucro. Este processo impactou diretamente a configuração territorial de regiões como o Médio Sudoeste da Bahia, onde a pecuária perdeu espaço para setores como a indústria calçadista, alterando as dinâmicas do trabalho e da organização

produtiva local (Santos, R., 1989; Oliveira, 2003). Portanto, é importante compreender as mudanças que ocorreram em regiões onde a substituição da pecuária por setores industriais não levou necessariamente a um aumento da qualidade de vida dos trabalhadores rurais e da população em geral, mas sim a um processo de precarização e instabilidade laboral.

Ademais, a Administração Política tem sido discutida como um modelo teórico capaz de interpretar as dinâmicas de desenvolvimento regional e suas contradições, especialmente em territórios historicamente dependentes da agropecuária. É fundamental pensarmos que as políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil foram historicamente moldadas por um viés urbano-industrial, o que marginalizou os trabalhadores do campo e impediu a consolidação de estratégias voltadas para a sustentabilidade e valorização das economias rurais. Essa marginalização se reflete na ausência de projetos estruturantes que garantam a permanência e a valorização da mão de obra rural, além da precarização das condições de trabalho e da concentração fundiária (Abramovay, 1998).

Nesse sentido, o conceito de Administração Política do Espaço Geográfico (Silva, 2019) permite uma análise crítica das transformações territoriais, evidenciando seu caráter gestor. Sob essa perspectiva interdisciplinar, a organização do espaço não ocorre de maneira espontânea, mas resulta de decisões políticas e econômicas que influenciam a ocupação do território e a alocação de recursos. Assim, o que chamamos de desenvolvimento territorial reflete escolhas que favorecem determinadas atividades enquanto relegam outras a um papel secundário, bem como as organizações dos espaços geográficos e produtivos.

A partir dessa perspectiva, é possível afirmar que as mudanças em territórios não são apenas econômicas, mas também políticas e sociais. A ausência de políticas públicas voltadas para a manutenção de identidades de trabalhadores rurais e a criação de alternativas produtivas sustentáveis demonstram um processo de gestão territorial que favorece determinados agentes econômicos (Silva, 2019). A Administração Política, ao enfatizar a necessidade de uma abordagem integradora e democrática da gestão das relações sociais de produção, consumo e distribuição, propõe uma crítica ao modelo tradicional e

aponta para a urgência de políticas que considerem as particularidades dos territórios e dos grupos sociais que os habitam (Santos, R.; Ribeiro; Santos, 2009).

2.2 O “Desenvolvimento” e o Rural

O conceito de desenvolvimento, historicamente associado ao crescimento econômico e à modernização produtiva, tem sido alvo de críticas por sua incapacidade de considerar as especificidades territoriais e as dinâmicas sociais dos espaços rurais. No Brasil, o desenvolvimento rural foi tradicionalmente tratado como um processo subordinado à expansão da economia urbana-industrial, o que resultou na precarização das relações de trabalho no campo e na concentração de investimentos em setores produtivos voltados para o mercado externo (Abramovay, 1998; Escobar, 2005; Santos, M., 2001; Santos, E.; Santos, R.; Braga, 2018; Santos, R., 1989).

A relação entre desenvolvimento e transformações no campo tem sido amplamente discutida na literatura acadêmica, especialmente no contexto das políticas econômicas adotadas no Brasil ao longo do século XX (Santos, R., 1989). O país passou por um intenso processo de modernização agropecuária que, embora tenha aumentado a produtividade em alguns setores, também resultou na exclusão de pequenos produtores e trabalhadores rurais, aprofundando as desigualdades no campo (Elias; Pequeno, 2007; Wanderley, 2009). O desenvolvimento rural, nesse sentido, foi tratado como uma extensão do crescimento urbano-industrial, e não como uma prioridade em si mesma, o que comprometeu a construção de um modelo de desenvolvimento equilibrado entre cidade e campo (Santos, R., 1989; Santos, M., 2001).

A partir dos anos 1980, a intensificação da globalização e a adoção de políticas neoliberais aprofundaram alguns problemas entre o campo e a cidade. O desmonte de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e a concentração de terras nas mãos de grandes conglomerados agroindustriais acentuaram a exclusão dos trabalhadores rurais, que passaram a enfrentar crescentes dificuldades para manter suas atividades tradicionais (Elias; Pequeno, 2007; Wanderley, 2009). Milton Santos (2001) argumenta que o espaço geográfico é um produto das relações sociais e econômicas, sendo constantemente reorganizado de acordo com os interesses de determinados grupos. No caso do

Brasil, a estrutura fundiária concentrada e a falta de políticas de valorização do trabalho rural resultaram em um modelo de desenvolvimento excludente, que reforça as desigualdades territoriais e sociais.

Diante desse cenário, é fundamental questionar os modelos tradicionais de desenvolvimento e buscar alternativas (Santos, E.; Santos, R.; Braga, 2018) que integrem as demandas dos trabalhadores rurais às novas dinâmicas econômicas. A proposta de uma Administração Política do Espaço Geográfico (Silva, 2019) sugere que a gestão do desenvolvimento deve considerar não apenas os interesses do mercado, mas também as necessidades sociais e culturais das populações locais, garantindo que as mudanças produtivas não resultem na exclusão dos trabalhadores. Não podemos esquecer que a pecuária é uma atividade tem por característica ser concentradora de renda e gera uma baixa empregabilidade, influenciando os locais em que é a principal base econômica, entretanto, suas mudanças não podem ser para aumentar ainda mais a exclusão de trabalhadores rurais.

Essa realidade reflete um padrão mais amplo de exclusão das populações rurais do debate sobre desenvolvimento. Como argumenta Milton Santos (2001), a organização do espaço geográfico é frequentemente determinada por lógicas econômicas que ignoram as especificidades locais e os saberes tradicionais. O predomínio de uma visão instrumentalizada do desenvolvimento rural, pautada pela introdução de novas tecnologias e pela expansão do agronegócio em detrimento da agricultura familiar e das formas tradicionais de trabalho, reforça esse quadro de exclusão e desintegração social. A ausência de políticas estruturantes voltadas para a permanência e valorização dos trabalhadores do campo compromete a sustentabilidade das economias regionais e agrava a dependência das populações rurais em relação aos grandes centros urbanos.

Um aspecto fundamental dessa discussão é a necessidade de repensar os modelos tradicionais de desenvolvimento para incorporar perspectivas que valorizem a diversidade dos territórios rurais. Silva (2019) propõe que a Administração Política do Espaço Geográfico pode oferecer subsídios para a construção de alternativas que considerem a relação entre economia, cultura e gestão territorial de forma integrada. A valorização de saberes locais, a promoção de políticas públicas que incentivem a permanência da população

rural em seu território e o fortalecimento das economias regionais são elementos centrais para a construção de um modelo de desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho é parte da pesquisa de doutorado desenvolvida no Núcleo de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia. A pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa, utilizando a análise documental como principal estratégia metodológica. A escolha desse método justifica-se pela necessidade de compreender as transformações socioeconômicas do Médio Sudoeste da Bahia a partir de fontes históricas, estatísticas, acadêmicas e institucionais, permitindo um exame crítico das dinâmicas das mudanças nas RSPD&C.

A análise documental é uma técnica de pesquisa que consiste na seleção, organização e interpretação crítica de documentos relevantes para a compreensão de um fenômeno específico (Cellard, 2008). No caso desta pesquisa, foram utilizados documentos institucionais, relatórios governamentais, dados estatísticos de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e estudos acadêmicos sobre as mudanças nas relações de produção e alterações sociais na região. Além disso, foram analisados textos legislativos e políticas públicas voltadas para o setor agropecuário e industrial, permitindo identificar os impactos da transição produtiva em Itapetinga e no MSB. Ao todo foram analisados 23 documentos e pesquisas relacionadas a Itapetinga e ao Médio Sudoeste da Bahia.

O cruzamento dessas fontes permitiu uma leitura crítica do modelo de desenvolvimento adotado e de suas consequências para os trabalhadores do campo. A interpretação dos documentos foi realizada com base nos pressupostos da Administração Política do Espaço Geográfico, conforme discutido na revisão teórica. Buscou-se identificar como as relações de produção, distribuição e consumo foram reorganizadas na região e de que maneira a administração política territorial refletiu os interesses dos setores produtivos emergentes. Além disso, a análise documental foi complementada com uma revisão bibliográfica aprofundada, permitindo situar as discussões no contexto mais amplo do

desenvolvimento regional brasileiro. A integração entre revisão bibliográfica e análise documental garantiu um embasamento para as discussões subseqüentes.

Para uma apresentação mais organizada dos resultados, o artigo estrutura em duas etapas: inicialmente, expõe e descreve alguns dados encontrados que são relevantes para este estudo; em seguida, realiza uma discussão aprofundada à luz do referencial teórico.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

O Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia foi consolidado a partir das discussões dos Planos Plurianuais (PPA) do Governo do Estado da Bahia e reconhecido oficialmente no PPA 2012-2015 (Flores, 2016). O MSB é composto por 13 municípios: Itapetinga, Itarantim, Iguai, Caatiba, Itambé, Ibicuí, Potiraguá, Nova Canaã, Macarani, Maiquinique, Itororó, Firmino Alves e Santa Cruz da Vitória. A estrutura econômica da região tem na pecuária extensiva um dos principais eixos de sustentação histórica e socioeconômica, impactando profundamente a ocupação territorial e as dinâmicas de desenvolvimento (SEI, 2015).

4.1 A Pecuária e sua Influência no Desenvolvimento Regional

A pecuária foi responsável pelo povoamento da região, favorecendo a formação das primeiras fazendas ao longo dos rios Pardo e Catolé Grande (Campos, 2006). Contudo, esse processo esteve atrelado à expropriação dos povos nativos, como os Kamakans e Mongoiós, cuja memória foi apagada das narrativas oficiais (Moreira, 2018). Este modelo pecuário, historicamente caracterizado pelo uso extensivo da terra, levou ao desmatamento e à degradação ambiental, além da concentração fundiária e exclusão de pequenos produtores (Nery, 2003).

Portanto, a construção sócio-histórica do Médio Sudoeste da Bahia foi profundamente moldada pela pecuária extensiva, atividade que influenciou a ocupação territorial e a estruturação das comunidades locais. Desde os primeiros registros de ocupação na região, grandes fazendas foram erguidas próximas a cursos d'água, criando uma rede de propriedades que sustentavam a economia local. Este processo resultou em uma estrutura fundiária concentrada, com

poucas famílias detendo extensas áreas de terra, enquanto pequenos agricultores e trabalhadores rurais enfrentavam dificuldades para acessar meios produtivos. Além disso, a identidade cultural da região foi significativamente marcada pelos costumes e práticas rurais, cuja presença ainda hoje é lembrada em eventos e festividades tradicionais, como o São João e a Exposição Agropecuária de Itapetinga (Oliveira, 2003; Campos, 2006).

Nas décadas de 1950 e 1960, Itapetinga se consolidou como a "Capital da Pecuária", atingindo um rebanho de mais de 300 mil cabeças. No entanto, a crise nacional da pecuária de corte e a subsequente redução do preço da arroba do boi impactaram negativamente a economia regional, levando ao declínio da atividade nas décadas seguintes (Oliveira, 2003; Campos, 2006).

Segundo o censo populacional de 2022 e o censo agropecuário de 2022, divulgados pelo IBGE, o território do MSB tem pouco mais que 200.000 pessoas e um total superior a 1 milhão de cabeças de gado. O município de Itarantim é o que possui maior quantidade, possuindo quase dez vezes mais gado que moradores, isso em uma pecuária extensiva. Existiam em 2022 um rebanho bovino total de 164.258 e uma população de 17.052. Em todo o território, o total de bovinos é quase cinco vezes o de moradores, número muito acima das médias do estado da Bahia e do Brasil.

Apesar da crise que o território vem enfrentando, o MSB ainda se destaca como um polo regional da pecuária, com um rebanho bovino que supera significativamente a população humana e as médias da Bahia e do Brasil. Essa forte presença da atividade, porém, apresenta desafios socioambientais e levanta questões sobre sua sustentabilidade a longo prazo. Existe uma média de 4,66 animais por habitante, aliado a concentração de terras e a exclusão de pequenos produtores, o que tem gerado desigualdades sociais e conflitos no campo, além de contribuir para o desmatamento e a degradação ambiental. Destarte, a pecuária, mesmo tendo enfrentado algumas crises, é um importante marcador no território MSB.

Souza (2022) argumenta que a pecuária extensiva é um modelo de produção que gera pouca empregabilidade e concentra a riqueza nas mãos de poucos proprietários de terras. Essa dinâmica, no território, levou à intensa

expropriação do campesinato e à migração em massa para a área urbana¹, onde a população trabalhadora se concentrava em condições precárias. A crise da pecuária de corte, ocorrida na década de 1960, e posteriormente a crise da pecuária leiteira nos anos 1980, intensificaram esse processo de mobilidade campo-cidade. A instabilidade econômica do setor e a falta de oportunidades no campo impulsionaram a busca por alternativas de trabalho na cidade. É nesse contexto, de uma classe trabalhadora numerosa e subvalorizada, que a indústria se instala em Itapetinga-BA, aproveitando-se da mão de obra disponível e de incentivos governamentais.

4.2 Industrialização e suas Consequências

Diante das crises da pecuária, a região passou por um processo de aumento da industrialização nas décadas de 1990 e 2000, com a instalação da Azaleia², com matriz em Itapetinga, que gerou milhares de empregos (Nery, 2003). Apesar de uma aparente melhoria nas condições de trabalho, o modelo industrial ainda se apresenta um regime de trabalho precarizado, com baixos salários e alta rotatividade de funcionários (Souza, 2022). Entre 2009 e 2012, a empresa iniciou um processo de reestruturação, reduzindo sua produção e fechando filiais. Como resultado, houve um aumento significativo do desemprego, impactando a economia local e acentuando desigualdades sociais (Souza; Menezes e Almeida, 2021).

A partir de 2011, a empresa sob um discurso da concorrência internacional e da necessidade de aumentar seus lucros, iniciou um processo de enxugamento da produção, fechando diversas filiais. Essa ação foi justificada pela empresa como uma estratégia para reduzir custos logísticos, diminuir a mão de obra e se adaptar às novas demandas do mercado globalizado. Essa decisão, juntamente com a redução do quadro de funcionários na matriz, aumentou ainda mais a concentração da força de trabalho desempregada na periferia de Itapetinga, aprofundando a precarização do trabalho e a desigualdade social (Souza, 2022).

¹ Em 2019, na cidade de Itapetinga, cerca de 97% da população morava na zona urbana. Disponível em: <https://itapetinga.ba.gov.br/cidade/#:-:text=O%20munic%C3%ADpio%20%C3%A9%20um%20dos,a%20penas%203%25%20na%20%C3%A1rea%20rural.>

² Atual Vulcabras.

A reestruturação produtiva impulsionada pela indústria calçadista trouxe, inicialmente, um cenário de otimismo e mobilização social, mas revelou também os limites de um modelo de desenvolvimento baseado na atração de grandes empresas e na dependência de empregos industriais pouco qualificados. O ciclo de crescimento seguido de retração expôs a vulnerabilidade das economias locais frente às dinâmicas globais do capital, evidenciando como a promessa de modernização e prosperidade pode rapidamente se converter em desemprego, precarização e aprofundamento das desigualdades. Itapetinga e todo Médio Sudoeste da Bahia tem tentado se recuperar depois dessa crise. Entretanto, consequências são vistas em muitas vertentes. No Censo de 2022, dados do IBGE mostram que a maioria dos municípios do território perderam população.

Dessa forma, a diminuição da indústria calçadista da região revelou uma falta de diversificação econômica, evidenciando a vulnerabilidade de um modelo baseado em um único setor. Sem alternativas produtivas robustas, o território passou a enfrentar desafios relacionados ao aumento da informalidade, migração forçada para centros urbanos maiores e uma estagnação econômica perceptível nos pequenos municípios. A infraestrutura industrial não foi reaproveitada de maneira eficaz, resultando em galpões e estruturas abandonadas que poderiam ter sido utilizados para novos empreendimentos. A ausência de políticas públicas eficazes para estimular o empreendedorismo local e incentivar novos investimentos aprofundou a crise regional, impactando também o comércio e os serviços. Souza (2022, p.56) em sua dissertação afirma:

Além da precariedade e dos riscos de trabalho, o processo de industrialização em Itapetinga contribuiu ainda mais para precarização das condições de vida da população na cidade. Mesmo que sejam reconhecidos os investimentos que foram feitos, em mobilidade urbana, no sistema de transporte e na geração de emprego e renda, o que certamente contribuiu para que muitas famílias tivessem o mínimo necessário para sobreviver, o escoamento da riqueza gerada, garantida a partir dos incentivos fiscais, acentuou ainda mais a desigualdade da população. Atualmente Itapetinga conta com diversos bairros não pavimentados e a especulação imobiliária de algumas regiões acentua ainda mais a desigualdade social, contrastando com as diversas ocupações irregulares, de habitações precárias e insalubres que crescem diuturnamente.

No contexto social, o desemprego massivo afetou diretamente a qualidade de vida da população, refletindo-se na redução do poder de compra e no

aumento da desigualdade. A juventude da região passou a buscar oportunidades em outras localidades, causando um êxodo populacional e comprometendo a renovação da força de trabalho no MSB. Essa situação reforça a necessidade de iniciativas governamentais e privadas para fomentar novas atividades econômicas sustentáveis e de longo prazo.

5. DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise das mudanças socioeconômicas em Itapetinga e no Médio Sudoeste da Bahia revela um processo de reestruturação produtiva que impactou significativamente a organização territorial e as relações de trabalho na região. Tradicionalmente, marcada pela predominância da pecuária, a economia local passou por um deslocamento setorial, com o crescimento de novas atividades industriais. Esse fenômeno alterou as dinâmicas de produção, distribuição e consumo, trazendo desafios para os trabalhadores do campo, cuja atividade anterior foi gradativamente marginalizada no novo cenário econômico.

A atividade pecuária foi historicamente o principal motor econômico de Itapetinga, conferindo à cidade o título de "Capital da Pecuária" e estruturando suas relações de produção e trabalho. No entanto, a partir dos anos 1990, o setor passou por um processo de declínio, impulsionado por fatores como a crise nacional da agropecuária, a volatilidade dos preços da carne e a dificuldade dos pequenos e médios produtores em competir com grandes conglomerados do agronegócio. Esse cenário resultou em uma redução significativa da participação da pecuária na economia regional, com reflexos diretos na empregabilidade e na estrutura social da região.

A análise dos dados econômicos demonstrou que, enquanto o setor agropecuário encolheu, a indústria calçadista emergiu como uma alternativa econômica para Itapetinga e cidades vizinhas. A chegada de indústrias incentivadas por políticas de atração de investimentos modificou a estrutura produtiva local, gerando novas oportunidades de emprego, mas também precarizando o trabalho. Diferente da pecuária, que demandava trabalhadores com conhecimento técnico e experiência específica no manejo de rebanhos, a indústria calçadista introduziu um modelo de trabalho fabril, caracterizado por

baixos salários e alta rotatividade de mão de obra (Campos, 2006; Souza, 2022).

Esse deslocamento setorial evidencia a forma como a Administração Política por agentes públicos e privados pode redefinir os eixos produtivos de um território sem necessariamente garantir uma transição justa para os trabalhadores afetados. A ausência de políticas públicas voltadas para a qualificação profissional e para a adaptação da mão de obra rural ao novo contexto industrial agravou as desigualdades sociais, aprofundando a exclusão dos vaqueiros e de outros trabalhadores tradicionais da economia local.

A análise dos dados sobre o mercado de trabalho regional revela um aumento da precarização, evidenciado pelo crescimento do trabalho informal e da redução dos direitos trabalhistas. Muitos dos trabalhadores que antes atuavam na pecuária passaram a integrar a cadeia produtiva da indústria calçadista, mas em condições inferiores às que tinham no setor agropecuário ou não conseguiram se firmar nesse ramo e foram para a informalidade. Relatos documentais indicam que os salários médios da indústria são tão baixos como aqueles anteriormente pagos na pecuária, além de as jornadas de trabalho serem mais rígidas e a estabilidade no emprego ser reduzida (Oliveira, 2003; Souza, 2022).

A perspectiva da Administração Política reforça a necessidade de compreender essas transformações como parte de um processo maior de reorganização das relações sociais de produção e distribuição. A transição para um modelo econômico mais industrializado não garantiu melhorias nas condições de trabalho da região, mas sim uma mudança estrutural que beneficiou determinados grupos econômicos enquanto precarizava as condições de trabalho de segmentos historicamente ligados ao setor agropecuário. Esse fenômeno reforça a tese de que o desenvolvimento, quando pautado exclusivamente por interesses mercadológicos, tende a aprofundar desigualdades e marginalizar setores sociais menos favorecidos (Silva, 2019).

A reestruturação produtiva ocorrida em Itapetinga-BA nas últimas décadas reflete um processo mais amplo de reorganização das relações de trabalho impulsionado pela dinâmica do capital. Souza, Menezes e Almeida (2021) apontam que a expansão da indústria calçadista na região não apenas redefiniu a base econômica local, mas também continuou com uma precarização do

trabalho e a marginalização dos trabalhadores do setor agropecuário, especialmente os vaqueiros. Esse processo evidencia como as contradições do capitalismo se materializam no espaço geográfico, favorecendo setores produtivos com maior capacidade de acumulação enquanto desestruturam cadeias produtivas tradicionais e fragilizam a coesão social.

Souza, Menezes e Almeida (2021) destacam que as indústrias calçadistas instaladas na cidade operam com um modelo produtivo baseado na alta rotatividade, baixos salários e jornadas exaustivas, tornando o emprego instável e limitando a ascensão profissional dos trabalhadores. Além disso, a ausência de políticas públicas voltadas para a capacitação desses indivíduos acentuou a vulnerabilidade social, reforçando a dependência econômica da região em um setor produtivo que, apesar de gerar empregos, não proporciona condições dignas e sustentáveis para o desenvolvimento da força de trabalho local.

As mudanças econômicas em Itapetinga e no Médio Sudoeste da Bahia não se limitaram ao mercado de trabalho; elas também resultaram em uma reconfiguração do espaço geográfico e das relações de poder na região. Do ponto de vista da Geografia Política, essa reorganização do território reflete a forma como os interesses econômicos se materializam no espaço, moldando a organização das cidades e das atividades produtivas. No caso do Médio Sudoeste da Bahia, a ascensão da indústria trouxe consigo um novo arranjo espacial que favoreceu determinados setores econômicos em detrimento de outros, alterando a dinâmica do território e das relações sociais nele estabelecidas. Entretanto, politicamente, grupos como os grandes fazendeiros continuaram dominando o cenário eleitoral local e as ascensões de pessoas de fora desse grupo foram mínimas, principalmente em cargos executivos.

Por fim, a economia do MSB enfrenta desafios significativos diante da dependência de um modelo agropecuário extensivo e da retração industrial. Dados do IBGE (2022b) indicam que o rebanho bovino no território ainda é expressivo, sendo quase cinco vezes superior à população total. Entretanto, a pecuária moderna requer estratégias de diversificação e sustentabilidade para mitigar os impactos ambientais e econômicos a longo prazo. A dinâmica industrial também demanda alternativas, visto que a desindustrialização no Brasil é um fenômeno crescente, resultante da concorrência global e da falta de incentivos

à modernização (Bresser-Pereira, 2010; Carmo, 2023).

6. CONCLUSÃO

As transformações socioeconômicas ocorridas em Itapetinga e no Médio Sudoeste da Bahia ao longo das últimas décadas revelam as contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento adotado no Brasil. A transição da economia regional, historicamente baseada na pecuária, para setores industriais, ilustra um processo de reestruturação produtiva marcado por exclusões e desigualdades. A ausência de políticas públicas voltadas para a qualificação da mão de obra rural para além do tecnicismo contribuiu para a marginalização desses trabalhadores, ampliando a precarização do trabalho e a instabilidade social.

A partir da perspectiva da Administração Política do Espaço Geográfico, verificou-se que a reorganização territorial da região não ocorreu de forma neutra, mas sim como resultado de decisões políticas e econômicas que privilegiaram determinados grupos. O deslocamento da atividade pecuária para o setor industrial não foi acompanhado por uma estratégia de transição que garantisse a integração dos trabalhadores rurais ao novo cenário produtivo. Como consequência, observou-se um aumento do desemprego, da informalidade e da migração para centros urbanos, demonstrando que as mudanças no espaço geográfico implicaram não apenas transformações econômicas, mas também sociais e culturais.

Do ponto de vista teórico, este estudo reforça a importância de abordagens críticas que questionem os pressupostos hegemônicos do desenvolvimento. A ênfase na industrialização como solução para o crescimento econômico, sem considerar os impactos para os trabalhadores, demonstra os limites das políticas convencionais de desenvolvimento regional. A crise da pecuária no Médio Sudoeste da Bahia exemplifica os efeitos da globalização e da financeirização da economia sobre territórios que, durante décadas, foram estruturados por relações produtivas distintas das lógicas urbanas e industriais.

Diante desse cenário, faz-se necessária a formulação de políticas públicas que reconheçam a diversidade produtiva e cultural dos territórios rurais e que promovam modelos de desenvolvimento que integrem as diferentes realidades

locais. A valorização do saber tradicional de grupos marginalizados, a criação de programas de capacitação profissional para os trabalhadores afetados pela reestruturação produtiva e a implementação de estratégias de fortalecimento da pecuária sustentável são algumas das medidas que podem contribuir para a mitigação dos impactos negativos das transformações econômicas em curso.

Por fim, este estudo abre espaço para novas investigações que aprofundem a análise dos impactos da reestruturação produtiva em outros territórios rurais brasileiros e até mesmo no MSB. Pesquisas futuras podem explorar, por exemplo, as estratégias de resistência dos trabalhadores rurais frente às mudanças econômicas, bem como as possibilidades de articulação entre diferentes setores produtivos para a construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Ao considerar a centralidade das RSPD&C na organização do espaço geográfico, espera-se contribuir para o debate sobre caminhos mais inclusivos e sustentáveis para o desenvolvimento regional. A limitação deste artigo se deve, principalmente, pelo recorte da pesquisa escolhido, sendo parte de uma discussão mais ampla e diversa;

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf> Acesso em 22 jun 2021

BRESSER-PEREIRA, L. C. Brasil vive desindustrialização. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 6, n. 3, 2010. Disponível em: http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/arquivos_servidor/revista/22%20Capa/Luiz%20Carlos%20Bresser-Pereira%20opinioa.pdf Acesso em 15 ago. 2023.

CAMPOS, E. R. **Itapetinga**: a persistente busca pela sua história. Salvador/BA: Secretaria da cultura e Turismo, 2006.

CARMO, J. C. do. A desindustrialização no Brasil: algumas notas para entender o processo. **Multitemas**. v. 28, n. 69, p. 147–175, 2023. Disponível em: <https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/3902>. Acesso em: 20 set. 2023.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia).

CRISTALDO, R.; PEREIRA, C. M. A administração política e a gestão do modo de produção: processos gestoriais, da organização produtiva do trabalho à economia-mundo capitalista. **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 1, n. 1, p. 67-67, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/15483> Acesso em 18 abr 2024.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, p. 133-168, 2005.

FLORES, C. D. **Territórios de Identidade na Bahia: Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. Salvador, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19347> Acesso 18 mai 2024.

IBGE. **Censo 2022.** 2022a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 20 abr. 2024

IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal 2022.** Tabela 2.5: efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho, Bahia. 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=resultados>. Acesso em: 01 mai. 2024

MOREIRA, J. T. S. O Povo Mongoió: da lembrança ao esquecimento nas representações dos moradores da cidade de Itapetinga-Ba. **Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências**, v. 7, n. 1, p. 13-38, 2018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/4056>. Acesso em: 22 abr. 2024.

NERY, M. G. e S. **O pólo calçadista de Itapetinga (BA): um estudo das relações produtivas e dos aspectos políticos do espaço industrial.** 2003. 246 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/c4ade44e-2ce1-479c-8974-c0714b9e0ec0>. Acesso em: 25 out. 2023.

OLIVEIRA, N. G. DE. **De “capital da pecuária” ao “sonho de pólo calçadista”:** a constituição da estrutura urbana de Itapetinga, Ba. 2003. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/8819> . Acesso em: 26 abr. 2024.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único ao pensamento universal.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, R. S. Em busca da apreensão de um conceito para a administração política. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.5, set./out. 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26759> Acesso em 13 jul. 2023.

SANTOS, R. S. Breves notas sobre a natureza da política agropecuária brasileira: do planejamento por produto ao planejamento global. **Revista de Administração Pública**, v. 23, n. 2, p. 39 a 53-39 a 53, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/9148> Acesso em 18 set. 2025.

SANTOS, R. S.; GOMES, F. G. **Outro modo de interpretar o Brasil**: ensaios de administração política. São Paulo: Hucitec / Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M. A administração política brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.4, jul./ago. 1993. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26753> Acesso em 13 jul. 2023.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. S. Bases teórico-metodológicas da administração política. **Revista de Administração Pública**, v. 43, p. 919-941, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/q5D9SSsQrmcGLBqhVsfpLgB/?lang=pt> Acesso em: 15 jul. 2023.

SANTOS, R. S. *et al.* Administração política e políticas públicas: em busca de uma nova abordagem teórico-metodológica para a (re)interpretação das relações sociais de produção, circulação e distribuição. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 15, n. 4, p. 939–959, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/55017>. Acesso em: 9 mai. 2024.

SANTOS, E. L.; SANTOS, R. S.; BRAGA, V. **Administração do Desenvolvimento**: História, Teorias e Perspectivas. Editora Appris, 2018.

SILVA, E. de S. **A Administração Política do Espaço Geográfico**: a Organização Espacial como um fenômeno de Gestão. 120 f. 2019. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32130> Acesso em: 01 ago. 2023.

SOUZA, R. S. de. **Dos Limites da Crise do Capital à Produção Crítica do Espaço**: a condição do trabalho na reprodução urbana de ItapetingaBA. 2022. 113 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2022.

SOUZA, R. S. DE, MENEZES, S. O., ALMEIDA, M. C. C. **Expressões territoriais das contradições do capital: a dinâmica industrial no município de itapetinga-ba e os impactos no trabalho**. Anais do XIV ENANPEGE... Campina Grande: Realize

Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78185> .
Acesso em: 20 set 2023.